

Simonsen condena as dívidas de curto prazo

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, afirma em editorial publicado na revista "Simposium", de novembro, que circula esta semana, que "o Brasil é vítima e não agente da síndrome de Toronto", ao referir-se aos problemas do balanço de pagamento do País. Para Simonsen, a principal causa do endividamento externo brasileiro foi a escalada dos preços do petróleo nos últimos nove anos, porque entre 1974 e 1981, as exportações aumentaram de US\$ 8 bilhões para mais de US\$ 23 bilhões, enquanto, em termos reais, as importações não petrolíferas caíram 37%.

"Melhor do que criticar os investimentos seria lembrar que, em 1980, o Brasil cometeu a imprudência de deixar que as reservas cambiais caíssem e de acumular aável dívida de curto prazo. Mas, naquela época, os empresários aplaudiam as prefixações e o tabelamento de juros, e sabedoria a posteriori nada constrói."

Simonsen também considera que o Brasil recorrer ou não ao Fundo Monetário Internacional "será uma questão de conveniência e que deve ser abordada sem preconceitos". A hipótese do reescalonamento da dívida externa, defendida por uma corrente de economistas liderada pelo ex-ministro Celso Furtado, é também rejeitada por Simonsen, com o argumento de que "é provável que consigamos captar mais recursos externos girando do que renegociando a dívida externa".

Segundo Simonsen, há nove medidas importantes para serem adotadas pelo governo brasileiro com o objetivo de ajustar o balanço de pagamento do País, amortecendo o choque externo.

A primeira delas, além das que já foram adotadas pelo governo em outubro, consiste em cortar custo, subsídios e transferência. "É preciso passar a tesoura nos subsídios ao crédito agrícola e é preciso igualmente rever os benefícios oferecidos pela previdência social, que hoje desfiam qualquer equilíbrio atuarial." O ex-ministro recomenda também aplicar-se a correção monetária, sobre o imposto devido pelas pessoas físicas, porque a alta taxa de inflação nos últimos anos reduziu a incidência real do tributo, nas diferentes alíquotas. O mesmo fato ocorre com as empresas, principalmente aquelas cujos balanços se encerraram em 31 de janeiro.

A segunda medida preconizada por Simonsen é de o governo "convencer os financiadores externos de que o Brasil sabe administrar sua economia, e que a política de boa vizinhança com a América Latina não implica solidariedade nos erros". Para o ex-ministro, os pequenos e médios bancos regionais estrangeiros, "que encaram a América Latina como um bloco", precisam ser convidados a visitar o Brasil, e ver as diferenças da política econômica brasileira em relação à que vem sendo executada pelos demais países do continente.

Em terceiro lugar, Simonsen sustenta a adoção de medidas ainda mais rigorosas em relação aos gastos cambiais, principalmente tendo em vista desestimular o mercado paralelo do dólar. Ele considera ne-

cessário impor aos turistas, além da cobrança de 25% do IOF já em vigor, "alguns extracambial, como foram, entre 1976 e 1979, os depósitos prévios sobre a emissão e visto de saída nos passaportes". Outra providência, segundo Simonsen, seria aumentar a oferta de dólares no mercado interno, estimulando os brasileiros que possuem dólares nos cofres ou no Exterior a transformá-los em cruzeiros. "Para isso seria necessário isentar do Imposto de Renda os aumentos patrimoniais não justificados durante o ano de 1982."

O financiamento de importações, como forma indireta de captar recursos no Exterior, constitui a quarta medida reivindicada por Simonsen, de acordo com sua estratégia de amortecer os choques externos provocados pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. A quinta medida já foi adotada pelo governo, com uma espécie de seguro — as ORTN com cláusula de reajuste cambial, compradas a termo, em volumes e prazos casados com os das prestações dos empréstimos.

A orientação do fluxo do comércio externo para os países capazes de proporcionar reciprocidade representa a sexta medida apontada por Simonsen, para reduzir o impacto dos problemas do balanço de pagamentos. "Urge firmar convênios bilaterais de comércio com vários países, como o México, a Nigéria, a Argentina, a Venezuela, o Irã e o Iraque, só para citar alguns exemplos." Para o ex-ministro do Planejamento, o bilateralismo constitui um retrocesso no comércio internacional, pois os países, em vez de comprarem dos melhores fornecedores, compram onde têm saldos credores, mas "infelizmente, num mundo em crise financeira, não há outra saída".

O sétimo fator a ser considerado é que a Petrobrás precisará em 1983 intensificar ao máximo o aproveitamento dos convênios bilaterais de comércio, reprogramando suas compras externas. E também acelerar o esforço de exportação, "usando a capacidade ociosa das refinarias, e vendendo os excedentes de gasolina gerados pelo Programa Nacional do Álcool".

Como oitava medida Simonsen advoga a revisão da política salarial, "porque a manutenção dela fará com que a política de contenção monetária e fiscal para 1983 aumente a recessão e o desemprego". A hora é de flexibilizar os reajustes salariais e não de manter sua atual rigidez. E, em troca, dar maior garantia ao emprego, aumentando, por exemplo, o prazo de aviso prévio de trinta para 90 ou 120 dias".

A nona e última providência defendida pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen consiste no realinhamento de preços relativos, adaptando-se a essa exigência o instituto de correção monetária. Dentro dessa orientação, segundo Simonsen, os coeficientes de correção monetária devem ser construídos a partir de índices que expurguem os efeitos dos choques de oferta, tais como variações reais da taxa de câmbio, aumentos de impostos indiretos e diminuições de subsídios, bem como variações nas relações de troca com o Exterior.